

Editorial nº 9 – Proposta do OGE de 2021 (parte 1)

Iniciaremos, com este editorial, uma série de notas sobre a proposta do OGE de 2021.

Questões técnicas:

A metodologia de análise da proposta de OGE para 2021 (OGE 21) consistirá na: a) comparação com execução orçamental de 2019 actualizada, isto é, inflacionada do índice de 1,481 correspondente à composição dos índices das taxas de inflação de 2020 e 2021 (1,25x1,185) constantes da tabela n.º 11 do Relatório de Fundamentação do OGE de 2021 (RF 21); b) comparação com o OGE Revisto de 2020 (OGE 20R) inflacionado do índice de 2021 – 1,185; c) análise da percentagem de cada rubrica na receita (letra a preto) ou na despesa (letra a azul); d) análise da percentagem de cada rubrica no PIB total, no PIB Petrolífero (preenchimento a azul) ou Não-petrolífero (preenchimento a verde); e) outras comparações, discriminadas caso a caso. Às comparações com os valores inflacionados chamaremos variação real.

Valores em 109 Akz	Exec 19 Akz 21	OGE 20 R Akz 21	OGE 21	OGE 21/ Exec 19	OGE 21/ OGE 20 R	% OGE 21	% PIB Total 21	% PIB 21
Despesas Correntes	7 273	7 010	7 220	-0,7%	3,0%	78,4%	17,2%	
Remuneração de empregados	2 948	2 585	2 472	-16,2%	-4,4%	26,8%	5,9%	7,7%
Juros	2 235	2 331	2 602	16,4%	11,6%	28,3%	6,2%	25,9%
Internos	1 207	1 098	1 032	-14,5%	-6,0%	11,2%	2,5%	10,3%
Externos	1 029	1 233	1 570	52,6%	27,3%	17,0%	3,7%	15,6%
Bens e Serviços	1 196	1 201	1 253	4,8%	4,3%	13,6%	3,0%	3,9%
Bens	420	367	395	-5,9%	7,5%	4,3%	0,9%	1,2%
Serviços	776	834	858	10,5%	2,9%	9,3%	2,0%	2,7%
Subsídios e transferências correntes	894	893	894	0,0%	0,1%	9,7%	2,1%	2,8%
Subsídios a preços	116	218	167	43,7%	-23,3%	1,8%	0,4%	0,5%
Transferências para as famílias	623	565	595	-4,3%	5,4%	6,5%	1,4%	1,9%
Outros subsídios e transferências	155	110	131	-15,4%	19,5%	1,4%	0,3%	0,4%

Despesa Corrente:

Remunerações: a massa salarial total da função pública desce constantemente em termos reais, mas sempre em percentagem inferior à inflação. **A comparação nominal¹**, que neste caso faz sentido, **mostra um crescimento de 24% face à execução de 2019 e 13% face ao OGE 20R.**

Procurámos, em vão, no RF 21, uma explicação para estes crescimentos. Infelizmente, **o relatório continua sem se preocupar com a FUNDAMENTAÇÃO técnica dos números do OGE**, que deveria ser a sua razão de ser. Ficamos, assim, sem perceber: **a) vai haver aumentos salariais? Se sim, de quanto? O número de funcionários vai aumentar? Ou, ao contrário, vai diminuir? Onde está a tão urgente, sempre falada e nunca cumprida reforma do Estado?**

Se há algo fundamental é a reforma do Estado: saber quantos funcionários queremos na burocracia, quantos na saúde e educação, quantos na polícia (para protecção aos cidadãos, entenda-se), o tamanho das forças de defesa, etc; conhecer as ideias chave relativamente aos procedimentos burocráticos, às necessidades de formação de professores, médicos e enfermeiros, a sua distribuição territorial, etc. **Sucessivos OGE com números não fundamentados na reforma do Estado apenas perpetuam a ineficiência já sobejamente demonstrada e reconhecida por todos.**

Enquanto se trabalha na reforma (e será que há trabalho sério neste sentido?) há, pelo menos, que, nos orçamentos, fundamentar o número e qualidade dos efectivos do Estado e explicar se há ou não aumentos salariais!

Somos, por princípio, favoráveis à manutenção do poder de compra. Infelizmente, sabemos que, com as reduções drásticas da oferta de consumo e da concorrência², uma actualização salarial da função pública seria, provavelmente, acompanhada de mais inflação e estagnação salarial no sector privado, o que, como em 2019, poderia ser prejudicial à generalidade dos trabalhadores. Haveria que ter estudado e fundamentado cuidadosamente o problema para

1 Em valores não corrigidos pela inflação.

2 No actual quadro, a produção interna de bens de investimento e a importação de serviços finais são pouco significativos e compensam-se, tornando a oferta ao consumo aproximadamente igual a: PIB – exportações + importações de bens de consumo. A oferta ao consumo, assim medida, reduziu-se 22%, em 2018, e 23%, em 2019. A redução da concorrência é visível, de forma indirecta, pela redução do emprego total, em geral, e do emprego formal, em particular.

perceber se os efeitos seriam mais benéficos que prejudiciais. Ora, **o RF 21, nem sequer discute o problema** ou, **pelo menos, nos informa se haverá, ou não, aumentos salariais!**

Admitamos que o OGE 21 não contemple actualizações salariais. Então, **teremos um incremento de quase ¼ dos efectivos, relativamente a 2019, o que é absolutamente inaceitável. Será ainda pior se for para manter a estrutura do Estado**, a burocracia, o domínio e o controlo excessivos sobre as empresas e os cidadãos; mas, **mesmo que seja para aumentar o número de professores, médicos, enfermeiros e outros funcionários necessários, é necessário que se faça a compensação**, reduzindo os burocratas e controladores; **de outra forma o OGE não equilibra!** Esta rubrica representa quase **8% do PIB Não-petrolífero num quadro** em que as receitas não petrolíferas apenas **somam cerca de 12%**, ou seja, **representa cerca de ⅔ do total desta receita**³.

Em resumo, **a estrutura dos efectivos do Estado tem de mudar urgentemente, mas o valor total dos efectivos não pode crescer!**

Portanto, quanto às remunerações, **o RF 21 deve ser clarificado para que se possa entender o conteúdo das propostas.**

Juros: Os juros são, neste orçamento, **a rubrica da despesa de maior relevo. Representam mais do que remunerações ou investimentos; muito mais do que bens e serviços ou apoio social!**

Os juros são uma consequência e um importante indicador da dívida. Não adianta discutir os juros. É como culpar o conta-quilómetros em vez de nos preocuparmos com o nosso pé no acelerador! Mas o conta-quilómetros é fundamental para nos mostrar que estamos a conduzir a uma velocidade suicida, onde **quase ⅓ de toda a despesa é destinada a pagar juros!** Onde **6% de toda a nossa produção vai**, directamente, **para remunerar quem nos empresta!** Onde **63% de todos os rendimentos petrolíferos do Estado vão para esta despesa!** Onde **mais de ¼ de toda a produção de petróleo do país, vai, directamente, para os lucros dos credores estrangeiros (16%) e a banca nacional (10%)!** E depois pergunta-se porque não há crédito? **Com este rendimento assegurado, para que precisa a banca de dar crédito à economia?** E perguntamos : - **porque o Kwana, perde valor?** Pois se 1 em cada 4 USD dos rendimentos petrolíferos é imediatamente canalizado **para pagar juros ao exterior, como poderia ser de outro modo?**

Não faz qualquer sentido reduzir o consumo das famílias e limitar o crédito à economia e, simultâneamente, aumentar os juros!

Em resumo, na nossa opinião, **a proposta de orçamento deveria ser revista no sentido de uma redução substancial da dívida e dos juros!**

Voltaremos ao tema da dívida. Entretanto, na próxima semana, analisaremos a restante despesa corrente.

Luanda, 21 de Novembro de 2020

Heitor Carvalho

Director do Cinvestec

³ Iremos discutir a tese de que os rendimentos petrolíferos deverão financiar o investimento, o pagamento dos juros e a redução da dívida, devendo a restante despesa ser sustentada pela receita não-petrolífera.